

A POLÍTICA INTERNACIONAL AGRÍCOLA DA CHINA NA ÁFRICA

Leon Nazaré da Cruz¹

Mário Miguel Amin Garcia Herreros²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a política agrícola da China na África diante da crescente demanda chinesa por alimentos e sua limitação de recursos naturais fundamentais para a produção alimentar: terra e água. A metodologia incidirá em uma pesquisa qualitativa de base bibliográfica e documental sobre as compras de terras na África e a inserção chinesa no continente africano. Os resultados mostram que a política internacional de compras de terras da China na África é baseada no *soft power* e no multilateralismo, e tem sido um importante instrumento para atrair os países africanos, assegurar recursos limitados em seu território e abrir canais de diálogo para a entrada de suas empresas estatais na África.

Palavras-chave: China; África; Política Agrícola.

La política internacional agrícola de China en África

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar la política agrícola de China en África ante la creciente demanda de la China por alimentos y su limitación de recursos naturales fundamentales para la producción alimentaria: tierra y agua. La metodología se centrará en una investigación cualitativa de base bibliográfica y documental sobre las compras de tierras en África y la inserción de la China en el continente africano. Los resultados muestran que la política internacional de compras de tierras de China en África se basa en el *soft power* y en el multilateralismo, que ha sido un importante instrumento para atraer a los países africanos, asegurar recursos limitados en su territorio y hacer canales de diálogo para la entrada de sus empresas estatales en África.

Palabras-clave: China; África; Política Agrícola.

¹ Mestre em Ciências Ambientais pelo Instituto Tecnológico Vale (ITV). Bolsista do Grupo de Pesquisa de Socioeconomia e Sustentabilidade do ITV, em Belém-PA. Contato: leonncruzz@gmail.com

² PhD. em Economia Agrícola pela Universidade da Flórida. Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Contato: marioamin@gmail.com

Introdução

A República Popular da China ganha cada vez mais atenção no cenário internacional com sua atuação e notório crescimento econômico. Contudo, ao mesmo tempo em que desfruta de uma posição estratégica na arena internacional, tem graves carências de recursos naturais e uma crescente demanda por alimentos.

A China tem aproximadamente 20% da população mundial, mas apenas 9% das terras cultiváveis do planeta. Além disso, enfrenta problemas de esgotamento de água, grande perda de terras de cultivo para a urbanização e desenvolvimento industrial e mudanças climáticas (OCDE e FAO, 2013). Com seus recursos naturais sofrendo um sério processo de degradação, a China busca garantir sua produção agrícola no exterior.

Nesse contexto, percebe-se uma crescente presença da China na agricultura da África, continente com abundantes recursos naturais, grande escala de terras inexploradas e baixos níveis de produtividade no setor de alimentos, favorecendo o *land grabbing*.

A definição de *land grabbing* está ligada à aquisição, apropriação ou controle de terras em larga escala, por meio de compra ou locação, para a produção agrícola comercial ou industrial por investidores estrangeiros (GRAIN, 2010a; MATONDI, HAVNEVIK e BEYENE, 2011). As concessões de terras têm durações que variam do curto prazo a 99 anos (GRAIN, 2010).

Parte expressiva das terras mais férteis do planeta estão na África, mas, em razão da carência tecnológica dos países africanos, sua agricultura se baseia fundamentalmente na produção familiar e uso de técnicas não modernas, tornando os países da região em importadores líquidos de alimentos. Isso gera nos governos locais forte interesse em internacionalizar suas terras, pois as terras da África pertencem, em sua maior parte, ao governo. Como estes detêm a posse da terra, a usam para justificar o *land grabbing* e, assim, atraírem investimentos estrangeiros (HARALAMBOUS; LIVERSAGE e ROMANO, 2009; GRAIN, 2010a).

O *land grabbing* é um fenômeno global. Estima-se que existam 40.878,280 hectares (ha) de terras com investimentos estrangeiros em todos os continentes, e deste total, 20.845,677 ha ou 51% estão na África. Destas últimas, 1.630,137 ha são voltados para a produção agrícola (LANDMATRIX, 2018).

A África Subsaariana, por possuir recursos naturais abundantes, se tornou o principal alvo dos investimentos estrangeiros. A FAO (2009) estima que as terras próprias para o cultivo na região da África Subsaariana equivalham a, aproximadamente, 200 milhões de ha. Algumas estimativas indicam haver um adicional próximo de 800 milhões de ha de terras potencialmente cultiváveis na região. O relatório do Banco Mundial, em 2010, identificou 464 aquisições de terras em diversos estágios de desenvolvimento entre 2008 e 2009, metade desses negócios de terras destinados para agricultura estavam na região da África Subsaariana (DEININGER e BYERLEE, 2010).

O objetivo deste trabalho é discutir a política internacional agrícola da China na África, que busca suprir suas necessidades internas diante da escassez de recursos naturais. A metodologia incidirá em uma pesquisa qualitativa de base bibliográfica e documental sobre as compras de terras na África e a inserção chinesa no continente africano. Para analisar a atuação da China na África Subsaariana são apresentados os casos de projetos agrícolas em Moçambique e Camarões.

Este trabalho está dividido da seguinte forma. Além desta introdução, a primeira seção apresenta o referencial teórico; a segunda seção contextualiza a limitação da agricultura da China e seus reflexos na agenda internacional; a terceira seção discute o *land grabbing* da China na África, e, finalmente, traz as considerações finais.

A Interdependência Complexa nas Relações Internacionais

O fenômeno da interdependência complexa na política internacional tem como principais teóricos Joseph Nye e Robert Keohane. A interdependência, na visão destes autores, busca discutir as raízes políticas do processo de globalização e como suas complexas variáveis interagem entre si no sistema internacional.

Interdependência implica em dependência recíproca e evidencia a ideia de teia de interesses que, de alguma forma, se completam. Nye (2009, p. 250) refere-se à interdependência como sendo “situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema se afetam mutuamente”. Para Keohane e Nye (2012), a interdependência é essencialmente assimétrica, pois os atores não gozam do mesmo grau de desenvolvimento socioeconômico e não controlam os mesmos recursos naturais, geográficos, financeiros e militares.

Nada assegura que as relações internacionais sejam caracterizadas pelo benefício mútuo, sendo assim, a interdependência não necessariamente será vantajosa para todos os envolvidos. O modelo interdependente não propugna a existência de um mundo pautado em relações de cooperação e amizade, onde a paz se mantém naturalmente, ao contrário, interdependência implica mais atrito (KEOHANE e NYE, 2012).

Para Sarfati (2006, p.166), o modelo da interdependência complexa tem três características básicas:

1. Os canais de múltiplos atores de contato que permitem uma maior troca de contato com os indivíduos em geral no mundo, em especial, empresas transnacionais e multinacionais, que afetam as relações domésticas bem como as relações internacionais. Essa característica reforça a ideia de que, apesar de o Estado ser ator principal, ele divide espaço no cenário internacional com outros atores que, a cada dia, têm maior notoriedade e importância, assim como a importância das relações econômicas, financeiras, sociais e culturais, que também desempenham papel de relevância no atual cenário.
2. Ausência de hierarquia entre os assuntos que compõem a agenda internacional. Em um sistema político anárquico, o principal objetivo da política internacional dos Estados gira em torno da segurança militar. Contudo, justamente com as mudanças no sistema internacional, foram mudados também os objetivos, e a política se volta às questões sociais e econômicas, abrangendo uma variedade mais ampla de objetivos. Assim, a teoria da interdependência vê um conjunto de questões que também são relevantes para a política exterior em que estão envolvidos os Estados, não mais estando subordinada aos temas de segurança militar.
3. A força não é mais o instrumento político de maior importância: a manipulação econômica e o uso das organizações internacionais passam a ter importância maior que a força. A segurança deixa de ser o objetivo principal da política internacional e passa a ser projetada em volta do bem-estar social e desenvolvimento sustentável. Para Keohane e Nye, o emprego da força

tornou-se muito custoso para os principais Estados, tanto sob o ponto de vista econômico como da opinião pública.

As características da interdependência ressaltam os diferentes processos políticos que traduzem os recursos de poder e que controlam os resultados. Na interdependência, os Estados devem considerar a estratégia de negociação, levando em conta se vale ou não a pena perseguir a ligação de assuntos, negociando pacotes ou tratando cada assunto em separado (SARFATI, 2006).

Outra forma de poder seria a multiplicidade da agenda internacional. Assuntos ligados a temas econômicos e comerciais passam a ser importantes, aumentando a complexidade da formulação da agenda, que passa a ser afetada por problemas domésticos e internacionais criados pelo crescimento econômico, o que favorece a cooperação entre os atores na sua manipulação.

Em virtude da multiplicidade da agenda internacional, os objetivos dos atores podem variar, assim como a distribuição de poder nos assuntos de interesses desses atores, significando que o objetivo de um Estado pode não ser o mesmo de outro. Neste contexto, o poder pode ser obtido por ligações estratégicas, em que a política do poder baseada no *soft power* é primordial em um sistema internacional interdependente.

Por muito tempo, pensou-se que o poder de um Estado residisse apenas na sua capacidade militar, hoje, contudo, os recursos que levam um Estado a ser mais ou menos poderoso se tornaram mais complexos. Com a crescente interdependência, a forma tradicional de poder está perdendo ênfase para fatores antes não reconhecidos como tal, como a tecnologia, a educação e a economia (KEOHANE e NYE, 2012). Esses fatores como fonte de poder foram teorizados por Joseph Nye (2004), tendo sido denominados de *soft power*. O termo tem sido cada vez mais relevante para análise do atual sistema internacional, tendo como suporte a ideia de Nye (2004, p. 5) de “que o poder é a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir o resultado que se quer”.

Nye (2004) afirma que a abrangência do poder de uma nação ocorre por duas formas: o *hard power*, que seriam a coerção e a intimidação, uma ação direta, representada pelo poder militar e econômico de um Estado; e o *soft power*, que age indiretamente e seria a capacidade de um país atingir seus objetivos pela influência

de seus valores, cultura e política, caracterizados pela persuasão, atração ou pagamento de subornos.

Para Nye (2011), o *soft power* é tão importante quanto o *hard power*, e mais ainda na política internacional. Para se entender o *soft power*, é importante definir as formas básicas de como o poder é exercido sobre outros. De acordo com Nye (2004 p. 5), “Você pode coagi-los com ameaças. Você pode induzi-los com pagamentos. Ou você pode atraí-los ou cooptá-los”. Dentro da interdependência assimétrica, poder é a forma de controle dos recursos para um potencial, tendo influência sobre os resultados de outro.

A máxima está então baseada em se conseguir o que se quer sem ter de se valer de conceitos relacionados ao uso da força e da coerção, elementos constitutivos do *hard power*. No *soft power*, os meios para exercer poder têm por base a persuasão, com contornos culturais fortes e inclinação para o campo das ideias (NYE, 2004).

Em vista disso, o *soft power* é a política do poder aplicada em um mundo com crescente interdependência. Essa prática é um meio do qual o ator pode se servir para concretizar seus objetivos na arena internacional. Os Estados se utilizam dessa ferramenta para buscar seus interesses, suprir suas necessidades e se fortalecer no sistema internacional.

Aspectos limitantes da agricultura na China

Existe uma série de fatores que limitam a produção agrícola na China: a intensa utilização dos recursos naturais nas últimas décadas, consequência do rápido crescimento econômico e populacional da China, e suas questões geográficas. Na sequência, estes aspectos serão rapidamente discutidos.

O crescimento populacional e a limitação dos recursos naturais. Em 2011, a população da China atingiu 1,343 bilhão de pessoas, representando um quinto da população mundial. Contudo, não se trata apenas do fato de a população chinesa ser gigantesca, a China já é uma nação urbana, com mais de 221 cidades com mais de um milhão de habitantes. Segundo Woetzelet *et al.* (2009), até 2025, aproximadamente um bilhão de pessoas viverão em centros urbanos, aumentando a pressão por alimentos, energia, água e serviços sociais.

Um dos efeitos do crescimento econômico e populacional da China é a utilização intensa dos recursos naturais disponíveis. Esse uso intensivo está provocando o esgotamento dos recursos do território, afetando, principalmente, dois recursos primordiais para a produção de alimento: terra e água.

Terra. Apesar de seus 9,6 milhões km², apenas 14% do território da China é arável. Os chineses já ocupam grande parte de sua área agricultável, restando apenas 2,7% de sua área adequada para agricultura ainda não utilizada.

Geograficamente, os recursos naturais da China são distribuídos de forma desigual em todo o país. A região sul se caracteriza por ter 1/3 da área agrícola da nação e 4/5 da água, enquanto a região norte tem 2/3 da área agrícola e apenas 1/5 da água. A região norte está cada vez com maior escassez de água e com terras produtivas contaminadas ou em processo de desertificação. Onde existem terras mais férteis e adequadas à produção agrícola, a água é extremamente escassa ou há estresse hídrico. E onde a água é abundante e adequada, as terras não são próprias para produção agrícola (CHINA'S WATER RISK, 2014).

O grande problema é que a terra arável da China desapareceu em um ritmo alarmante. Com o rápido crescimento econômico, entre os anos de 1978 e 1996, a área total de terras próprias para o cultivo diminuiu em 4,73 milhões de ha. A maior parte das perdas se deu nas províncias centrais e costeiras, justamente as áreas mais necessitadas de alimentos e onde as terras são relativamente férteis (YANG e LI, 2000). Entre 1997 e 2007, cerca de 755 mil ha foram perdidos todos os anos para o desenvolvimento, a erosão e a desertificação. Em termos gerais, essas perdas ocorrem principalmente pela urbanização e a industrialização (SCHOBER, 2010).

A China é um dos países mais afetados no mundo em termos de extensão, intensidade e impacto econômico da degradação da terra. À medida que a economia da China vem se expandindo rapidamente, a degradação do solo nas últimas décadas tem se intensificado com impactos diretos e indiretos. Sendo a terra imprescindível à segurança alimentar, a China já enfrenta grandes problemas para alimentar sua população.

Água. Em termos hídricos, a situação da China é ainda mais preocupante. Em 2001, em estudo realizado durante anos sobre os lençóis freáticos na China, Brown (2001, p.46) destaca que:

A região norte do país está secando à medida que a demanda hídrica ultrapassa a oferta. Lençóis caem. Poços estão secando. Cursos d'água estão se exaurindo e rios e lagos desaparecendo. Abaixo da Planície Norte, uma região que se estende do norte de Xangai até o norte de Beijing e que produz 40% dos grãos, o lençol freático está caindo a uma taxa média de 1,5 metros por ano.

O estudo mencionado projetou que, para 2010, a demanda urbana por água tenderá aumentar 60%, enquanto a demanda industrial aumentará 62%, e essa demanda deverá ser suprida por água de irrigação da agricultura (BROWN, 2001). Com estas projeções mantidas, a China deverá ter explorado todas as suas fontes de água disponíveis até 2030.

Além de a disponibilidade de água na região norte da China ser menor e a maior parte da água estar contaminada, esta é a região em que está localizada a maioria das indústrias do país e onde se localiza 45% da população. No entanto, 51% da água é consumida pela indústria, diferentemente das outras regiões no mundo, em que a maior parte da água doce é utilizada na agricultura (TAN *et al.*, 2014).

Com a degradação de recursos que afetam diretamente a produção de alimentos, a China busca garantir sua produção agrícola voltando-se para outros Estados onde os recursos naturais sejam abundantes e capazes de suprir suas necessidades internas.

A agricultura na agenda internacional da China e a inserção da África

A produção agrícola se tornou um dos temas centrais da agenda internacional da China. O documento central *Number1* é emitido todo ano pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC) e pelo Conselho de Estado, sendo um guia que molda a política interna e externa da China. Desde 2003, este documento prioriza a produção agrícola para garantir a segurança alimentar da China (Nº 1 Central Document Focuses on Rural Issues, 2018).

No âmbito de sua política externa, o governo chinês aumentou as importações de alimentos básicos da dieta chinesa (MOA, 2004). A própria entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi uma estratégia chinesa objetivando aumentar sua presença no mercado internacional, elevando os investimentos diretos no exterior. Essa estratégia estimulou a internacionalização das principais empresas chinesas, permitindo que a China assegurasse fontes de matérias-primas e de produtos agrícolas necessários para abastecer sua população (PEREIRA e FILHO, 2005).

A China, desde 2003, vem atuando fortemente tanto no âmbito bilateral como na ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) na comercialização de óleos e vegetais. Na América Latina, algumas empresas chinesas aumentaram os investimentos como forma de garantir acesso aos recursos naturais, tendo, em 2004, anunciando US\$ 100 bilhões em investimentos na região (YANG e CHEN, 2008).

Neste contexto em que garantir o abastecimento de alimentos se tornou prioridade e pela necessidade de construir novas estratégias de inserção internacional para responder às necessidades internas da sua população, a China procura novos parceiros para supri-la. A maior aposta do governo chinês é na atuação no continente africano.

O contexto internacional em que a China se apresenta como um ator relevante é marcado por uma forte atuação no continente africano. Em 2006, em Pequim, houve uma reunião de Cúpula do Presidente Hu Jintao com os chefes de Estado ou de Governo de 53 países africanos. Foi o maior conclave internacional realizado pela República Popular da China. Tratava-se da segunda sessão plenária do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), que foi estabelecido em 2000 numa outra cúpula em Pequim, sendo previsto para acontecer a cada três anos (FOCAC, 2017).

O FOCAC mostra que a China tem uma política diplomática para a África, sobre a qual sempre exerceu forte atração, por ser fonte de matérias-primas e de mercado para exportações. E a criação do fórum multilateral foi uma ferramenta de aproximação entre os Estados para uma mútua cooperação entre as partes. No

fórum de 2006, entre os vários assuntos tratados, ganhou destaque a cooperação para a produção agrícola.

No âmbito do FOCAC de 2006, a China firmou diversos acordos de cooperação agrícola com os países africanos, onde se comprometeu a transferir tecnologia agrícola, encorajar e ajudar as empresas chinesas a investir no setor agrícola e a se envolver mais no desenvolvimento de infraestrutura e indústrias agrícolas e a desenvolver recursos humanos para trabalhar no setor agrícola africano (FOCAC, 2006a).

Um dos pontos mais importantes discutido no FOCAC de 2006 foi a criação do Fundo de Desenvolvimento China-África (CADFund), que tinha como prioridade a agricultura. Este fundo, de US\$ 5 bilhões, destina-se a ajudar as empresas chinesas a investir na África (FOCAC, 2006b).

O FOCAC 2006, ou Conferência de Pequim, foi uma atuação no âmbito multilateral dos chineses com a intenção de abrir canais de diálogo. Isso estabeleceu como objetivo central ser o FOCAC “um quadro de diálogo coletivo entre a China e os países africanos com base na igualdade e benefício mútuo no sentido de procurar a paz e o desenvolvimento como objetivos comuns” (FOCAC, 2018).

A Política Internacional da China na África: o *land grabbing*

As primeiras denúncias de compras de terras aconteceram em 2008 por uma ONG chamada Grain. O fenômeno do *land grabbing* resulta de uma complexa combinação de fatores motivados pela variação dos preços do mercado mundial, crise alimentar global e pelo alto nível de atividades especulativas. Desde o final de 2008, a apropriação de terras tem sido um fenômeno internacional.

A China foi um dos primeiros países a praticar o *land grabbing*, atuando não só na África, mas também na Ásia, Oceania e América Latina. A maior parte dos projetos agrícolas da China nesses países se dedica ao cultivo de arroz, soja e milho, além de culturas de biocombustíveis como cana-de-açúcar, mandioca ou sorgo (GRAIN, 2008).

Estima-se que dos 47 países da África Subsaariana, 35 estejam com projetos agrícolas da China, envolvendo aproximadamente 408.001 ha de diversos tipos de

produção agrícola, além de investimentos em centros de pesquisa, fazendas e treinamento de pessoas (KOELEMAN, 2014; LANDMATRIX, 2018).

Os projetos alimentícios que a China busca na África são dedicados principalmente ao cultivo de arroz, soja, milho e à criação de suínos. Na sequência, serão analisados dois projetos na África Subsaariana para a produção de arroz, principal produto da dieta chinesa.

Moçambique

Moçambique foi o primeiro país africano a receber investimentos da China após as reuniões do FOCAC, sendo que, a partir de 2008, esses investimentos tiveram um aumento substancial. O investimento chinês nas terras desse país africano foi iniciado em 2006, particularmente em suas áreas mais férteis, nas regiões norte e sul do país. O investimento da China, inicialmente, foi para construir condições e infraestrutura para restaurar a agricultura em Moçambique (HORTA, 2008).

A China firmou contratos com o governo de Moçambique em 2007. Os acordos previam um projeto de produção de arroz e de construção de um sistema de irrigação nas áreas com potencial agrícola (CHICHAVA, 2013). O governo de Moçambique fez acordo com o *China Exim Bank* para desenvolver as áreas agrícolas em regiões importantes para o setor agrícola moçambicano.

O *Exim Bank* concedeu US\$ 2 bilhões em empréstimos para o governo local para construir uma megabarragem no Rio Zambeze. Desde então, a China solicita grandes arrendamentos de terra para a criação de gado (HORTA, 2008). O *Exim Bank*, ainda em 2007, investiu em vários projetos agrícolas na região do Zambeze e construiu três fábricas de processamento agrícola de arroz e outras culturas nas províncias de Manica e Tete (CHICHAVA, 2013).

O arroz é o principal produto que a China busca em Moçambique e, em paralelo aos investimentos, ela investiu recursos significativos para melhorar a produção agrícola. De acordo com Horta (2008), verifica-se claramente que a produção de arroz é destinada para o mercado chinês, pois o arroz não é uma comida típica moçambicana, posto que apenas nas grandes cidades se consome arroz. Essa política chinesa é totalmente contraditória para a garantia da segurança alimentar de Moçambique. Nas terras em que poderiam estar sendo cultivados os

alimentos básicos da alimentação moçambicana, estão sendo produzidos alimentos a que grande parte da população não tem acesso.

A consequência do *land grabbing* em Moçambique é que os chineses estão gerindo a maior parte das terras arrendadas, operam e mantêm os equipamentos agrícolas, enquanto os moçambicanos ficam com o trabalho manual, por isso houve uma série de revoltas por parte da população moçambicana (HORTA, 2008). Algumas organizações não-governamentais afirmam que 38 mil famílias que dependiam da agricultura foram expulsas de suas terras na província de Gaza. Alguns moradores das regiões alvo do *land grabbing* chinês reclamam que seus cultivos foram destruídos e que perderam suas terras para as empresas chinesas. Trabalhadores moçambicanos reclamam que os empregos são escassos e mal pagos (THE GARDIAN, 2014).

Camarões

Entre os vários países da África Subsaariana que foram alvo do *land grabbing*, o Camarões apresenta um grande potencial agrícola. Existe um projeto de uma empresa estatal chinesa na área, a *Shannxi Land Reclamation General Corporation*, conhecida como *Shaanxi State Farm*. A empresa é a maior produtora de avestruz da Ásia e está envolvida em vários empreendimentos agrícolas na África, operando através da subsidiária IKO Ltd., que se estabeleceu no país por uma empresa local chamada *Sino-Camlko Ltd*.

A ONG Grain, em setembro de 2010, fez uma visita à área para analisar o projeto da empresa chinesa, tendo identificado que o investimento agrícola chinês foi de interesse de ambas as partes, através de negociações bilaterais entre os governos. A partir de 2005, a IKO Ltd. iniciou a exploração para o cultivo de arroz e outras culturas na parte central do Camarões, em Nanga-Eboko, região do Alto Sanaga, com uma plantação de 120 ha de arroz.

Em 2006, a empresa chinesa assinou um acordo de investimento de US\$ 120 milhões com o governo camaronês e um contrato de arrendamento de 99 anos para outros 10.000 ha de terras. Segundo a Grain (2010b), no entanto, há relatos de que as terras foram dadas à empresa gratuitamente. As controvérsias da atuação da IKO Ltd. na região dizem respeito, principalmente, à obscuridade da relação entre o governo camaronês e a empresa chinesa.

Outra controvérsia que a Grain (2010b) aponta é que a IKO incentiva a imigração de agricultores chineses para a região para promover o modelo agricultura próprio do país de origem. Na região, predominam a agricultura camponesa de pequena escala e o pastoreio, sendo que aos trabalhadores nativos são pagos cerca de US\$ 2 por dia, sem quaisquer benefícios ou mesmo um contrato trabalhista. Também não há informações sobre o destino da produção agrícola de Nanga-Eboko (GRAIN, 2010b).

Verifica-se, desse modo, uma profunda assimetria nas relações sino-camaronesas, em que a empresa estatal obtém maior vantagem nessa relação de cooperação, sem relatos de que a segurança alimentar da população da região seja assegurado.

Considerações finais

Diante das limitações de recursos naturais, a China se articula, por meio de uma política baseada no multilateralismo e no *soft power*, para criar um ambiente favorável à sua atuação no sentido de criar novos parceiros. De fato, a diplomacia chinesa têm sido um importante instrumento para atrair os países africanos e abrir canais de diálogo para a entrada de suas empresas estatais na agricultura africana.

Com o objetivo de assegurar recursos naturais limitados, o *land grabbing* é uma política internacional agrícola da China no continente africano que gera controvérsias sociais e econômicas. Diante do atual sistema internacional marcado pela Interdependência Complexa, pode-se dizer que a atual relação entre a China e a África é marcada pela cooperação assimétrica, pois os países africanos, em busca do desenvolvimento, ficam reféns dos investimentos estrangeiros, e os custos humanos superam quaisquer benefícios econômicos.

Também há o fato da falta de transparência dos negócios internacionais da terra, que não está ao alcance do conhecimento do grande público, dificultando saber os reais impactos e a forma de contratos. Pelo fato de a terra ser propriedade do Estado e de o governo enxergar na cooperação com a China uma relação *win-win*, muitos agricultores não são ouvidos e não têm sido proporcionados a eles os meios de vida, os direitos e as condições para sua segurança alimentar. Os planos da China na África não são realizados com as considerações necessárias para a região, é preciso haver investimentos na produtividade do pequeno agricultor, não

expulsá-los de suas terras. Destarte, poder-se-á alinhar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social do continente.

Referências

BROWN, Lester R. **Eco-economy: building an economy for the earth**. Routledge, 2001, p. 27- 48.

CHICHAVA, Sérgio. Xai-Xai Chinese rice farm and Mozambican internal political dynamics: a complex relation. **Occasional Paper**, v. 2, 2013.

DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** The World Bank, 2011, p. 9-44.

Food and Agriculture Organization (FAO). **The State of Food and Agriculture**. FAO, Rome, 2009.

Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC). Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/>> Acessado em: 07/07/2018.

_____. 2006a. Forum on China Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan (2004-2006). Disponível em: <http://englishfocacsumit.org/2006-09/20/content_630.html> Acessado em: 09/08/2019

_____. 2006b. Forum on China Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan (2007-2009). Disponível em: <<http://WWW.fmpre.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t280369.htm>> Acessado em: 09/08/2018.

GRAIN. Relatório do Banco Mundial Sobre a Neogrilagem Legal de Terras:uma decepção e um fracasso. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/4247-relatorio-do-banco-mundial-sobre-a-neogrilagem-legal-de-terras-uma-decepcao-e-um-fracasso>>. Acessado em: 29/01/ 2019.

_____. Unpacking a Chinese Company's Land Grab in Cameroon. Farmland grab, 2010b. Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/16485>> Acessado em: 02/10/2018.

HARALAMBOUS, Sappho; LIVERSAGE, Harold; ROMANO, Monica. **The Growing Demand for Land – Risks and Opportunities for Smallholder Farmers**. IFAD's Governing Council, Rome, 2009, p. 1-16.

HORTA, Loro. The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?.Farmland grab, 2008. Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/2377>> Acessado em: 02/10/2018.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Boston, 2012.

KOELEMAN, Emmy. China's Engagement with African Agriculture 2014. Disponível em: <<http://farmlandgrab.org/post/view/23904>> Acessado em: 10/10/2018.

LANDMATRIX. Agricultural drivers. Disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/agricultural-drivers/>> Acessado em:16/06/2018.

Revista de Geopolítica, v. 10, nº 2, p. 33-47, jul./dez. de 2019.

MATONDI, Prosper; HAVNEVIK, Kjell; BEYENE, Atakilte. Introduction: biofuels, foodsecurity and land grabbing in Africa in: **Biofuels, Land Grabbing and Food Security in Africa**. Uppsala: Zed Books, 2011.

Ministry of Agriculture of the People's Republic of China (MOA). **Report on the State of China's Food Security**. Beijing, 2004, p. 1-32.

Nº 1 Central Document Focuses on Rural Issues. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/government/241399.htm>> Acessado em: 02/03/2018.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

_____. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Gente, 2009.

_____. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

Organization for Economic Co-operation and Development (OCDE); Food and Agriculture Organization (FAO). **Agriculture Outlook 2013-2022**. OECD Publishing, 2013.

PEREIRA, Lia Valls; FILHO, Galeno T. F.. **O Acesso da china à organização mundial do comércio: implicações para o Interesse Brasileiro**. FUNCEX, 2005.

SARFATI, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHOBER, Marc. China Running Out of Farmland. Disponível em: <http://www.agweb.com/blog/Farmland_Forecast_148/?Year=2010&Month=10> Acessado em: 12/06/2018.

TAN, Debra; MC GREGOR, Dawn; HU, Feng. China Water Risk's 5 Trends for 2014. Disponível em: <<http://chinawaterrisk.org/resources/analysis-reviews/china-water-risks-5-trends-for-2014/>> Acessado em: 15/06/2018.

THE GARDIAN. Mozambique Heads to Polls Amid Claims of Chinese Land grabs - In Pictures. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/24074>> Acessado em: 20/10/2018.

YANG, Hong; LI, Xiubin. Cultivated Land and Food Supply in China. In: **Land Use Policy**. Elsevier, 2000, p. 73-88.

YANG, Jun; CHUNLAI, Chen. **Agricultural trade between China and ASEAN: dynamics and prospects**. ANU e Press, 2008.

WOETZEL, Jonathan; MENDONCA, Lenny; DEVAN, Janamitra; NEGRI, Stefano; HU, Yangmei; JORDAN, Luke; LI, Xiujun; MAASRY, Alexander; TSEN, Geoff; YU, Flora. **Preparing for China's urban billion**. McKinsey Global Institute, 2009.

Recebido em 07.02.2019
Publicado em 01.07.2019